

AUXILIARIDADE E POSIÇÃO DO CLÍTICO PRONOMINAL NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Fernanda Elena de Barros REIS¹

RESUMO: Neste artigo, apresento uma discussão preliminar sobre a idéia de no português brasileiro (PB) o verbo auxiliar ser uma categoria verbal (V) que seleciona um núcleo verbal (VP). Como base na análise de Gonçalves (1996) para um auxiliar no português europeu (PE), verifico como pode se dar no PB a aplicação dos critérios por ela propostos. Além disso, apresento um comentário sobre o levantamento inicial de dados do século XIX referente à colocação pronominal em construções com verbos auxiliares e “semi-auxiliares”, uma vez que esta é característica de um dos critérios que apresenta diferenças mais significativas entre as duas variedades.

Palavras-chave: Auxiliaridade; português brasileiro; clítico; português europeu.

ABSTRACT: In this paper I present a preliminary discussion on the notion that Brazilian Portuguese's (BP) auxiliary verb is a verbal head (V) that selects a verbal phrase (VP). I take Gonçalves's (1996) analysis for auxiliaries in European Portuguese (EP) and I verify how it can be applied to BP. I also present the results from an initial set of data from the 19th century concerning clitic position in auxiliaries and “semi-auxiliaries” contexts, since this is related to a property of auxiliaries that presents significant differences between BP and EP.

Keywords: Auxiliary; Brazilian Portuguese; clitic; European Portuguese.

1. Introdução

Gonçalves (1996) apresenta uma análise para os auxiliares do português europeu (PE) e, de acordo com a autora, somente os verbos “ter” e “haver” seguidos de particípio passado (construção também conhecida como “tempo composto”) são verdadeiros auxiliares. Isto porque apresentam todas as propriedades de um verbo auxiliar que a autora propõe para esta língua. Outros verbos, como os aspectuais seguidos da preposição “a”, modais e temporais apresentam características que os aproxima do comportamento de um auxiliar. Mas uma das principais propriedades que os diferencia é aquela relacionada ao posicionamento do clítico – no PE, a subida do clítico (*clitic climbing*, ou seja, clítico se adjungindo ao verbo mais alto na oração) é obrigatória com os verdadeiros auxiliares.

No português brasileiro (PB), por outro lado, esta subida não acontece (a não ser em registros formais), o que poderia nos levar a concluir que o PB não apresenta verbos auxiliares verdadeiros. Por outro lado, os clíticos do PE e do PB apresentam diferentes propriedades e características, o que pode indicar que os testes propostos por Gonçalves (1996) não são completamente válidos para o PB.

¹ Mestranda do programa de Pós-Graduação em Linguística do IEL/UNICAMP.

Assim, neste trabalho, apresento uma discussão preliminar sobre a proposta de Gonçalves (1996) para um auxiliar no PE (a proposta é apresentada na seção 2), verificando como pode se dar no PB a aplicação dos critérios por ela propostos (seção 3). Além disso, faço um comentário sobre o levantamento de dados do século XIX referente à colocação pronominal em construções com tempo composto, aspectuais, modais e temporais, uma vez que esta é característica de um dos critérios que apresenta diferenças mais significativas entre as duas variedades (seção 4). Finalmente, apresento uma discussão geral (seção 5) e uma conclusão (seção 6).

2. Os auxiliares como V que selecionam VP

A partir da idéia de que um auxiliar deve ser um V que seleciona um VP, Gonçalves (1996) apresenta duas características que, segundo ela, “constituem as grandes propriedades dos auxiliares em qualquer língua natural” (p. 11):

- (i) o auxiliar e o verbo chamado principal têm de pertencer ao mesmo domínio frásico, evidenciando um forte grau de coesão sintática;
- (ii) o auxiliar é desprovido de uma grelha argumental própria, o que implica que o SN-Sujeito final seja um dependente temático (Gonçalves, 1996, p. 10)

A partir disso, ela argumenta que conjunto de critérios que podem ser aplicados a verbos que podem ocorrer seguidos de outro verbo não flexionado para que se conferisse se eles de fato são auxiliares ou não. Os cinco critérios seguintes comprovam a propriedade (i), enquanto os dois últimos comprovam (ii):

- (1) Impossibilidade de co-ocorrência com uma oração completiva finita e com uma oração completiva infinitiva;
- (2) Impossibilidade de negação do predicado verbal encaixado (ou “principal”);
- (3) Obrigatoriedade de subida de clítico para uma posição de adjacência à esquerda ao (primeiro) auxiliar, em condições que determinam a ordem *cl-V*;
- (4) Impossibilidade de ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos;
- (5) Impossibilidade de substituição do verbo principal e seus argumentos pelo clítico verbal demonstrativo “o”;
- (6) Não imposição de restrições de seleção ao SN que ocupa a posição de Sujeito final, que deve ser semanticamente compatível com o chamado verbo principal;

(7) Não atribuição de papel- θ externo, que varia de acordo com a grade temática do verbo “principal”.

Aplicando tais critérios do PE a um elenco composto de verbos considerados auxiliares pelas gramáticas tradicionais e também de verbos que apresentam comportamento semelhante a eles, a autora conclui que somente os verbos “ter” e “haver” seguidos de particípio são auxiliares no PE. Outros verbos, como o “ser” da passiva, os aspectuais, modais e temporais apresentam uma comportamento semelhante ao de um auxiliar no que diz respeito boa parte dos critérios (por isso chamados de “semi-auxiliares” por Gonçalves e Costa, 2002).

Os verbos “andar”, “estar”, “ficar”, “ir”, “vir” seguidos de gerúndio satisfazem todos os critérios propostos, mas a autora não considera que eles selecionam diretamente um VP pelo fato de tais verbos, segundo ela, “na variante padrão do PE, serem preteridos em favor das construções que são seguidas de “a” e INF.” (p. 14). Então, considera que, assim como os aspectuais seguidos de “a”, os seguidos de gerúndio selecionam uma categoria AspP. A diferença entre as duas construções seria que Asp do gerúndio seleciona um VP e Asp da preposição seguida de infinitivo seleciona um TP – o que explica o fato de as primeiras apresentarem todas as propriedades e as segundas, não.

No caso do “ser” da passiva, o único critério que ele não satisfaz é o número 5, uma vez que, no PE, o verbo principal da construção passiva pode ser substituído pelo clítico demonstrativo “o”. As autoras explicam tal comportamento dizendo que o complemento do “ser” da passiva pertence à categoria AgrP (ou, usando o rótulo por elas adotado, CONC - de “concordância”), cujo núcleo Agr tem traços de natureza nominal – assim, ele pode ser substituído pelo clítico demonstrativo “o”, que, segundo Matos (1985) é uma expressão nominal, devendo, portanto, ser usado somente para substituir um complemento de um verbo que c-seleciona uma expressão de natureza nominal.

Então, assim como o “ter” e “haver” seguidos de particípio, o “ser” da passiva e os aspectuais seguidos de gerúndio (como o verbo “estar”) não c-selecionam um núcleo frásico (ou seja, que domine um TP), mas o núcleo que cada um seleciona é diferente: os primeiros, como verdadeiros auxiliares (pelo menos conforme Gonçalves 1996 propõe), selecionam um VP; os segundos, AgrP; os terceiros, AspP.

Já no caso dos temporais (“ir”, “vir” e “haver de” seguidos de verbo no infinitivo) a autora considera que são verbos que selecionam um CP, explicando assim porque com estes verbos os clíticos podem aparecer ligados ao verbo do domínio encaixado, ou seja, àquele não flexionado. Em tais construções, a posição do clítico é opcional, diferentemente da construção

de “ter” e “haver” seguidos de participípio, uma vez que nelas ele pode aparecer ligado a qualquer um dos verbos da construção.

Para explicar a agramaticalidade da ligação do clítico ao verbo principal numa construção com um verdadeiro auxiliar, a autora diz que, no caso dos auxiliares, há atuação de uma regra de reestruturação (que, segundo ela, atuaria de forma semelhante à regra de incorporação de Baker, 1988), que transforma o complexo “verbo auxiliar + verbo principal” em um complexo verbal único – ou seja, o verbo principal sobre para uma posição de adjunção com o verbo auxiliar, restando em seu núcleo apenas um vestígio. Assim, só resta ao clítico ligar-se ao núcleo do complexo verbal formado, o que vai resultar em próclise ao verbo auxiliar. Já no caso de verbos temporais, a formação do complexo verbal pela regra de reestruturação pode ou não acontecer. Assim, se há a atuação da regra, a posição do clítico é a próclise ao verbo temporal; se tal regra não atuar, o clítico pode permanecer ligado ao verbo principal. A possibilidade de não sofrer a regra de reestruturação seria justificada pelo fato dos temporais selecionarem um complemento frásico que é, no caso, um CP, e não um complemento que não seja frásico, como um VP.

No caso dos aspectuais seguidos de “a”, além de ser opcional o verbo ao qual o clítico se liga, há um comportamento diferente quanto ao critério 2. A possibilidade de negação do predicado verbal encaixado nas construções com esses verbos é, segundo a autora, possível, “embora, na opinião de alguns falantes inquiridos, nem todos os verbos mencionados o permitam” (p.28). Para explicar tal possibilidade, ela considera que os aspectuais selecionam um AspP que rege tempo. Se não há uma categoria T regida pela categoria que o verbo aspectual seleciona, então o único lugar que Neg pode ser adjungido é no T que rege o verbo flexionado, sendo que o único resultado possível é a negação precedendo o verbo flexionado (como é o caso dos auxiliares). Se, por outro lado, o aspectual selecionar uma categoria que rege T, a negação pode aparecer entre os dois verbos do complexo verbal.

Nas construções com os modais “poder” e “dever” também podem acontecer a negação do predicado encaixado e adjunção do clítico ao verbo flexionado ou ao verbo não flexionado e, além disso, tais construções permitem a ocorrência de modificadores frásicos com valores temporais distintos, o que reforça a idéia de que os verbos a categoria que os verbos “poder” e “dever” das construções modais selecionam uma categoria que rege T. A autora propõe que, assim como os temporais, a categoria selecionada é um CP.

3. Verificando a proposta para o PB

Alguns desses critérios não podem ser aplicados da mesma forma para o PB, uma vez que este apresenta diferenças em relação ao PE que são relevantes para alguns critérios. Uma das diferenças é a questão da colocação pronominal, que não é a mesma nas duas variedades. Em PB os clíticos estão sempre ligados à forma infinitiva de um complexo verbal, como em (8), ou seja, em nenhum dos casos de teste dos verbos no PB há a ocorrência dos complementos pronominalizados (cliticizados) em adjacência ao verbo flexionado, inclusive no caso dos aspectuais seguidos de gerúndio e na construção do tempo composto, diferente do que acontece no PE (9):

(8) a. Ele não tinha me ligado ontem.

b. Ela não vai me buscar em casa.

(9) a. Ele não me tinha dado um livro.

b. *Ele não tinha me dado um livro.

Mas isto não necessariamente indica que o “ter”/“haver” no PB não selecionam um VP, a depender da análise do clítico que é assumida. Por exemplo, Duarte, Matos & Gonçalves (2005) propõem que o clítico é uma categoria que deve ser selecionada por T e selecionar AspP. A diferença entre o PB e o PE seria resultado de um parâmetro (*proclisis parameter*), que para o primeiro é positivo e para o segundo é negativo. O francês também seria uma língua com o parâmetro de próclise ativado assim como o PB, mas tais línguas diferem na colocação pronominal quando se tem a construção com o particípio (no francês, feito com o verbo *avoir* ou com o verbo *être*), como se pode perceber pela diferença de gramaticalidade nos exemplos a seguir, apresentados pelas autoras (p. 136):

(10) a. Eles tinham certamente *me* visto no Calçadão.

b. Ele foi certamente *lhe* apresentado por Maria.

(11) a. Ils *m'*avaient certainement vu au Calçadão.

a'. *Ils avaient certainement *me* vu au Calçadão.

b. Il *lui* a été certainement présenté par Maria.

b'. *Il a été certainement *lui* présenté par Maria.

Para explicar tal diferença, elas dizem que a diferença entre os dois é que no PB há um núcleo ativo Asp no domínio do participío. Deve-se ressaltar que, nesta análise, o Asp à qual elas se referem não domina um T – assim como o AspP selecionado pelo aspectual “estar” seguido de gerúndio da análise de Gonçalves (1996). Assim, o resultado seria que no PB, “ter” seguido de participío e “estar” seguido de gerúndio selecionam a mesma categoria (AspP), ao contrário do PE no qual, segundo a autora, o “ter” seleciona um VP e o “estar”, um AspP.

Galves, Torres Moraes & Ribeiro (2005), por outro lado, propõem que a diferença de comportamento dos clíticos em PE e PB é resultado de regras morfológicas que são diferentes para as duas variedades e pela categoria à qual o clítico se liga em cada uma: enquanto na primeira ele se liga sintaticamente a Infl, na segunda a adjunção é feita a V. Se a segunda diferença (que é sintática) entre as variedades for adotada e aplicada à idéia de que o auxiliar é um V que seleciona outro VP, seria possível dizer que o fato de em PB os clíticos ocorrerem ligados ao verbo não flexionado em construções como “ter” seguido de participío, “ir” seguido de infinitivo e “estar” seguido de gerúndio não é suficiente para se dizer que o verbo flexionado seleciona um núcleo que seja frásico (ou seja, algum núcleo que domine TP – ou InflP), uma vez que o clítico não se liga a Infl, e sim a V. Além disso, assumir tal comportamento sintático dos clíticos dá conta também da proposta de Gonçalves (1996) relativamente à categoria que certos verbos do PE selecionam: se o “ter” e “haver” seguidos de participío, “ser” da passiva e alguns aspectuais seguidos de gerúndio selecionam um complemento que não seja frásico e o clítico no PE deve se ligar a Infl, então não há como este ficar ligado ao verbo não flexionado; por outro lado, os outros verbos, como os temporais, aspectuais seguidos de preposição *a* e os modais, selecionariam um complemento frásico, o que permitiria que o clítico se ligasse ao verbo principal, uma vez este teria um Infl para o qual subir.

Outra diferença entre o PE e o PB é que neste o clítico neutro demonstrativo “o” desapareceu, conforme demonstra Cyrino (1997) em estudo diacrônico. Assim, o critério 5 não pode ser aplicado da mesma forma nas duas variedades. Uma primeira alternativa para que se testasse tal critério seria substituir o clítico demonstrativo “o” pelo pronome demonstrativo “isso”. Para o PB, os resultados de tal substituição são idênticos aos resultados do PE com clítico neutro “o”, a não ser com o verbo “ser” da passiva:

- (12) a. A Maria foi elogiada pelo professor e Marta também *o* foi. (PE)
 b. *A Maria foi elogiada pelo professor e Marta também foi *isso*. (PB)

Por outro lado, isso não pode ser levado como evidência de que, no PB, a categoria que o verbo “ser” da passiva seleciona é a mesma daquela que o “ter” seleciona, porque o particípio selecionado pelo primeiro concorda em gênero e número com o DP ao qual atribui papel de tema. Ou seja, há aí uma diferença da qual se deve dar conta. Então, talvez, adotar também para o PB a proposta de Gonçalves (1996) para o “ser” da passiva do PE seja uma opção.

4. O que dados do século XIX podem revelar sobre a questão

Atentando para o fato de que a discussão sobre o estatuto do clítico é importante para que se argumente que um verbo seleciona um domínio frásico ou um domínio não-frásico e que ele apresenta mudanças significativas na história do português (como diversos estudos apontam, por exemplo, Pagotto 1996, Cyrino 1996, Carneiro 2005), é interessante olhar em dados diacrônicos como a colocação pronominal era feita em complexos verbais.

Como a literatura consultada sobre posição do clítico na diacronia do PB não apresenta uma divisão dos resultados por tipo de verbo da forma que apresento aqui (tempo composto – auxiliares do PE, aspectuais, modais e temporais), fiz um levantamento inicial de dados buscando somente a posição do pronome em tais construções. O corpus escolhido para este levantamento inicial foi o conjunto de cartas brasileiras (escritas entre 1809 e 1904) editadas por Carneiro (2005).

Os resultados gerais foram os seguintes²:

Tabela 1 - Posição do clítico por tipo de verbo

	Próclise ao verbo (semi-)auxiliar	Ênclise ao verbo (semi-)auxiliar	Próclise ao verbo principal	Ênclise ao verbo principal	Total
Passivas	41 (80%)	10 (20%)	0	0	51
Auxiliares	93 (58%)	17 (11%)	42 (27%)	7 (4%)	159
Aspectuais	16 (42%)	3 (8%)	17 (45%)	2 (5%)	38
Temporais	13 (22%)	2 (4%)	9 (15%)	35 (59%)	59
Modais	61 (40%)	7 (5%)	9 (6%)	74 (49%)	151

² Os resultados foram obtidos com auxílio do programa Goldvarb 2001. As porcentagens foram arredondadas; não foram contados os casos de interpolação, como em (i), e aqueles com mais de dois verbos, como em (ii):

(i) (...) que he administrado por quem tem obrigação de o conservar, e **o não pode alienar** por principio ou cauza alguma (carta 14, 1835)

(ii) Senti bastante não **ter podido avistar-me** consigo, para conversarmos entre varios assumptos (carta 117, 1989)

Como se pode observar pela tabela 1, a porcentagem de próclise ao verbo principal – posição do clítico no PB atual – não era a mais alta no caso dos modais, temporais e auxiliares, e era nula para a passiva; somente no caso dos aspectuais que encontramos uma porcentagem maior. De qualquer forma, a não ser para as passivas, a não-subida do clítico parece não ser agramatical neste período.

Se dividirmos os resultados por metade de século, por outro lado, temos os seguintes resultados:

Tabela 2 - Posição do clítico por tipo de verbo: primeira metade do século XIX

	Próclise ao verbo (semi-)auxiliar	Ênclise ao verbo (semi-)auxiliar	Próclise ao verbo principal	Ênclise ao verbo principal	Total
Passivas	1 (100%)	0	0	0	1
Auxiliares	5 (71%)	2 (29%)	0	0	7
Aspectuais	0	0	0	0	0
Temporais	1 (33%)	0	0	2 (67%)	3
Modais	3 (60%)	0	0	2 (40%)	5

Tabela 3 - Posição do clítico por tipo de verbo: a partir da segunda metade do século XIX

	Próclise ao verbo (semi-)auxiliar	Ênclise ao verbo (semi-)auxiliar	Próclise ao verbo principal	Ênclise ao verbo principal	Total
Passivas	40 (80%)	10 (20%)	0	0	50
Auxiliares	88 (58%)	15 (10%)	42 (27%)	7 (5%)	152
Aspectuais	16 (42%)	3 (8%)	17 (45%)	2 (5%)	38
Temporais	12 (21%)	2 (4%)	9 (16%)	33 (59%)	56
Modais	58 (40%)	7 (5%)	9 (6%)	72 (49%)	146

Das tabelas, podemos observar que não há nenhum caso de próclise ao verbo principal na primeira metade do século XIX. Os resultados são parecidos com o que se poderia esperar do PE, o que poderia indicar uma mudança da primeira para a segunda metade do século XIX: para os modais e temporais, há ênclise ao verbo principal, o que indicaria que a ligação ao verbo principal era possível; já para o tempo composto e construção passiva, não foi registrado nenhum tipo de ligação do clítico com o verbo principal. Por outro lado, os dados são muito escassos para que se possa tomar alguma conclusão. De qualquer forma, o que se pode dizer, a partir dos resultados das duas metades do século XIX, é que a mudança de colocação do clítico parece ter acontecido com todos os tipos de verbo de forma muito semelhante, a não ser para a construção passiva.

5. Discussão geral

Para se dizer que um auxiliar é um V que seleciona um VP no PB, apelar para a análise de Gonçalves (1996) para o PE não é suficiente uma vez que as duas variedades apresentam características diferentes que influem nos critérios da autora, sendo a mais marcante a colocação pronominal.

Por outro lado, os critérios (1), (2), (4), (6) e (7) não apresentam diferenças entre as duas variedades. Para o PE, eles não seriam suficientes porque não dão conta de alguns comportamentos diferentes entre alguns verbos. Por exemplo, o verbo “ter” seguido de particípio e o “ir” seguido de infinitivo da perífrase de futuro passam sem problemas por tais critérios, mas as possibilidades de colocação pronominal são diferentes para as duas construções. Assim, a explicação para tal diferença estaria no tipo de categoria que cada verbo seleciona. Já para o PB, como vimos, a colocação pronominal é a mesma para todos os complexos verbais, o que pode indicar que tais verbos do exemplo acima selecionam a mesma categoria.

Mas fica ainda em aberto a questão de se os verbos que passam pelos critérios mencionados acima selecionam um domínio frásico ou não, porque isso passa pela questão de como se considerar o clítico. Ora, se adotarmos que no PB ele precisa estar ligado a um Infl, então o fato de o pronome sempre aparecer em próclise ao verbo principal nas construções com dois verbos seria evidência de que o verbo flexionado seleciona um domínio frásico.

Por outro lado, se considerarmos no PB que o clítico pode ficar ligado a V, então o fato de ele ser ligado ao verbo principal não é evidência de que o verbo flexionado seleciona um domínio frásico – mas também não é suficiente para que faça com que esta possibilidade de análise (de seleção de um domínio frásico pelo auxiliar) seja descartada. Seria preciso, então, levantar outras possibilidades de se verificar que tipo de categoria o verbo flexionado está selecionando, estudo que está além deste presente trabalho, por este apresentar somente uma discussão preliminar do assunto.

De qualquer forma, se levarmos em conta somente os cinco critérios mencionados e considerarmos que eles são suficientes para se dizer que o verbo é auxiliar (ou seja, seleciona VP), temos os seguintes resultados para o PB: “andar”, “estar”, “ficar” e “vir” seguidos de verbo no gerúndio, “ir” seguido de verbo no infinitivo e “haver”, “ser” e “ter” seguidos de verbo no particípio.

Já os dados diacrônicos analisados parecem indicar que, apesar de ainda haver subida de clítico, a próclise ao verbo principal já era encontrada nas cartas escritas pelo menos a partir da segunda metade do século XIX, a não ser para as passivas. No PE, dentre os modais,

temporais, aspectuais (seguidos de preposição “a”), auxiliares e passivas, somente os três primeiros permitem que o clítico se ligue, em ênclise, ao verbo principal. O que vemos nos resultados do PB da primeira metade do século XIX é, então, uma distribuição semelhante à do PE, enquanto na segunda metade do século XIX o que vemos é que o clítico pode se ligar (mas em próclise) ao verbo principal das construções com modais, temporais, aspectuais (seguidos de gerúndio) e auxiliares.

Então, se consideramos que, na primeira metade do século XIX, o clítico deve ser ligado a T (ou Infl) e nos basearmos na análise de Gonçalves (1996) para os verbos observados (auxiliares, temporais, modais, aspectuais) o que podemos dizer sobre os escassos resultados deste período é que eles indicariam que “ter”, “ser” e “haver” selecionam um domínio não-frásico – então, o clítico deve ser obrigatoriamente ligado ao verbo flexionado; já os modais e temporais selecionariam um domínio frásico, ou seja, que possui um TP, o que permite a ligação do clítico tanto com o verbo principal quanto com o verbo flexionado. No caso de se adotar tal análise, então, é possível que se diga que houve uma mudança na categoria que os verbos “ter” e “haver” (quando ocorrem com o particípio) selecionam da primeira para a segunda metade do século XIX. Já do século XIX para o PB atual, a mudança afetaria também a construção passiva.

Por outro lado, Galves, Torres Moraes & Ribeiro (2005), propõem que o PB e PE se desenvolveram do Português Clássico – no qual, assim como o PE, a adjunção do clítico devia ser feita a Infl. Então, seguindo a proposta dessas autoras, é possível analisar os resultados de duas formas: ou o clítico, na primeira metade do século XIX, já podia ser ligado a V, ou ainda precisava ser ligado a Infl. No primeiro caso, não haveria explicação para os resultados com os verbos “ser”, “ter” e “haver”, se considerarmos que, naquele período, a subida do clítico ainda era obrigatória; no segundo, a mudança de categoria à qual o clítico se liga seria suficiente para dar conta das diferenças apontadas nos dois períodos. Mas deve-se ressaltar que, em qualquer um dos casos, não se tem argumentos a favor ou contra a idéia de que “ter” e “haver” do tempo composto selecionam um domínio não-frásico no PB atual (já que o clítico não mais depende de um domínio temporal), diferentemente da outra proposta, que oferece argumentos contra tal idéia.

Independentemente da análise que se adote, ainda é preciso buscar textos que possam compor um corpus que forneça mais dados da primeira metade do século XIX, bem como montar um corpus para séculos anteriores a este, para que se possa vitrificar se, de fato, a próclise ao verbo principal passou a acontecer de forma semelhante para o tempo composto,

modais, temporais e aspectuais seguidos de gerúndio, como os resultados da segunda metade do século XIX indicam.

6. Conclusão

Ao verificarmos os critérios propostos por Gonçalves (1996) para um auxiliar, pudemos ver que nem todos os critérios podem ser considerados da mesma forma para o PB. Um deles, o da possibilidade de substituição do domínio encaixado pela forma pronominal “o”, não é possível uma vez que esta desapareceu no PB. Outro critério que deve ser reconsiderado é o da impossibilidade do clítico ficar ligado ao verbo principal, já que no PB o clítico está sempre ligado ao verbo principal. Dizer se isso é suficiente para que se considere que no PB nenhum verbo seleciona um domínio não finito passa, então, pela forma como se considera o clítico, que, por ser um elemento que apresentou mudanças na diacronia do português, foi observado em relação às construções passivas, modais, temporais, aspectuais e de tempo composto em corpus diacrônico.

REFERÊNCIAS

- BAKER, Mark C. **Incorporation: a theory of grammatical function changing**. Chicago: University Of Chicago Press, 1988.
- CARNEIRO, Zenaide O. C. **Cartas Brasileiras (1809-1904): um estudo lingüístico-filológico**. Tese (Doutorado em Lingüística), Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- COSTA, Teresa da; GONÇALVES, Anabela. **(Auxiliar a) Compreender os verbos auxiliares**. Lisboa: Edições Colibri, 2002.
- CYRINO, Sonia M. L. **O objeto nulo no português do Brasil - um estudo sintático-diacrônico**. Londrina: Editora Uel, 1997.
- _____. Observações Sobre a Mudança Diacrônica no Português do Brasil: Objeto Nulo e Clíticos. In.: KATO, Mary; ROBERTS, Ian. **Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p.163-184.
- DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela; GONÇALVES, Anabela. Pronominal Clitics in European and Brazilian Portuguese. **Journal Of Portuguese Linguistics**, v. 4, n. 2, 2005, p.113-141.
- GALVES, Charlotte C.; TORRES MORAES, Maria A.; RIBEIRO, Ilza. Syntax and Morphology in the Placement of Clitics. **Journal Of Portuguese Linguistics**, v. 4, n. 2, 2005, p.143-177.
- GONÇALVES, Anabela. Aspectos da Sintaxe dos Verbos Auxiliares do Português Europeu. In.: COLAÇO, Madalena et al. **Quatro Estudos em Sintaxe do Português**. Lisboa: Edições Colibri, 1996. p. 7-50.

MATOS, Maria Gabriela. **Clítico Verbal Demonstrativo**. Trabalho de Síntese - Universidade de Lisboa, Lisboa, 1985

PAGOTTO, Emílio G. Clíticos, Mudança e Seleção Natural. In.: KATO, Mary; ROBERTS, Ian. **Português Brasileiro: Uma viagem Diacrônica**. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 1996. p. 185-222.